



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
R Pref Rosaldo Gomes M Leitão, S/N - Bairro CENTRO CÍVICO - CEP 80530-210 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

EDITAL Nº 10879157 - CNPER-CCICM

SEI:TJPR Nº 0090867-94.2022.8.16.6000
SEI:DOC Nº 10879157

EDITAL Nº 040/2023 DO CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARANÁ.

A COMISSÃO DE CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO, torna pública, em atendimento ao contido nos Item 6.16 do Edital nº 001/2023, o resultado definitivo da entrevista de verificação da autodeclaração dos candidatos e candidatas negros. A COMISSÃO, torna pública, na forma do Item 14.2.23 do Edital nº 001/2023, a relação definitiva dos candidatos e candidatas APTOS na avaliação psicológica realizada pelo Centro de Atenção à Saúde do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, considerando a inexistência de candidatos ou candidatas considerados INAPTOS. A COMISSÃO, ainda, torna pública a relação nominal dos candidatos e candidatas que tiveram as inscrições definitivas deferidas, conforme estabelece o Item 14.4.3, do Edital nº 001/2023, com a convocação e orientações relativas à 4ª fase do certame, a designação da Comissão Examinadora, o programa específico a prova oral (pontos agrupados) e dá outras providências:

1. LISTA DEFINITIVA CANDIDATOS E CANDIDATAS QUE TIVERAM A AUTODECLARAÇÃO CONFIRMADA PELA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 9490/2024-DM, EM ORDEM ALFABÉTICA:

623000459	Cesar Augusto Loyola Da Silva
623004294	Felipe Coimbra Bicalho
623007780	Felipe Vargas Coan
623007548	Karen Bruna Gonçalves Da Silva
623003123	Leonardo Felipe Marques Tiradentes
623002352	Linckse Bianca Oliveira Ramires
623002163	Marcos Antonio Dos Santos

2. LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS E CANDIDATAS CONSIDERADOS APTOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, EM ORDEM ALFABÉTICA:

623005634	Alexandre Augusto Noronha Dias Da Cruz
623004544	Altair Rodrigues Lopes Filho
623004794	Alysson Oliveira Vilela
623000093	Andréia Marques Tarachuk
623000961	Arthur Souza Quintanilha Da Silva

623000561	Beatriz Scotelaro De Oliveira
623008318	Bruno Arthur De Mattos
623004632	Camila Felix Silva
623001890	Carlos Rodrigo Orlando Villalba
623002658	Carolina Schmidt Colognese
623004594	Caroline Beatriz Constantino
623000635	César Augusto Consalter
623000459	Cesar Augusto Loyola Da Silva
623001940	Diego Monteiro Naidon
623004541	Felipe Buzanelo Ferreira
623004294	Felipe Coimbra Bicalho
623007780	Felipe Vargas Coan
623006489	Fernando Jose Gaspar
623002668	Francisco De Carvalho Lapa
623002135	Giovanna Prajante Bertolino
623009697	Gustavo Ostermann Barbieri
623007921	Heitor Nishizawa De Souza
623003848	Henrique De Andrade Portilho Leonardi
623005372	Janderson Henrique Farias Rizatti
623007097	Jean Carlos Falcão Manosso
623006167	Jeferson Antonio Zampier
623004296	João Felipe Marcolina
623004036	João Filgueiras Gomes Ramirez
623005633	Jorge Fernando Flores De Oliveira
623001543	Juliano Martins Ecco
623007548	Karen Bruna Gonçalves Da Silva
623002100	Karina Oliveira Locks Greco
623007668	Leonardo De Camargos Martins
623003123	Leonardo Felipe Marques Tiradentes
623001025	Letícia Borges Da Fonseca Freire
623003575	Letícia Brum Kabbas
623003249	Leticia De Pauli Schaitza
623002352	Linckse Bianca Oliveira Ramires
623008154	Marcella Ferreira Da Cruz Barradas
623002163	Marcos Antonio Dos Santos
623001719	Marilia Bonafe Froment
623007019	Monalisa Renata Artifon
623000238	Nicolas Dorado De Oliveira
623004541	Patricia Aleixo Chigueira Nilo
623001929	Paulo Roberto Colombo Junior
623000090	Paulo Sergio Machado Junior
623005398	Polyanna Tamaio Zanineli
623001680	Renata Luiza Berbetz Martins
623000749	Renato Augusto Bomfim
623003915	Rodrigo Bigliardi Zibetti
623007778	Stephanye Mazzari Pires
623010315	Thiago Rosa Alvarez
623009029	Thiago Stanley Gurski
623004622	Vanessa Ferreira De Miranda
623008079	Victor Machado Schmitt

623000361	Vítor Braga De Castro Alves
623003161	Vitor Dias Dos Santos Paula
623003621	Wesllen Rennan Nogueira De Alencar
623005382	Yasmmin Andressa Simioni Cavalari

3. LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS E CANDIDATAS COM A INSCRIÇÃO DEFINITIVA DEFERIDA, EM ORDEM ALFABÉTICA:

623005634	Alexandre Augusto Noronha Dias Da Cruz
623004544	Altair Rodrigues Lopes Filho
623004794	Alysson Oliveira Vilela
623000093	Andréia Marques Tarachuk
623000961	Arthur Souza Quintanilha Da Silva
623000561	Beatriz Scotelaro De Oliveira
623008318	Bruno Arthur De Mattos
623004632	Camila Felix Silva
623001890	Carlos Rodrigo Orlando Villalba
623002658	Carolina Schmidt Colognese
623004594	Caroline Beatriz Constantino
623000635	César Augusto Consalter
623000459	Cesar Augusto Loyola Da Silva
623001940	Diego Monteiro Naidon
623004541	Felipe Buzanelo Ferreira
623004294	Felipe Coimbra Bicalho
623007780	Felipe Vargas Coan
623006489	Fernando Jose Gaspar
623002668	Francisco De Carvalho Lapa
623002135	Giovanna Prajante Bertolino
623009697	Gustavo Ostermann Barbieri
623007921	Heitor Nishizawa De Souza
623003848	Henrique De Andrade Portilho Leonardi
623005372	Janderson Henrique Farias Rizatti
623007097	Jean Carlos Falcão Manosso
623006167	Jeferson Antonio Zampier
623004296	João Felipe Marcolina
623004036	João Filgueiras Gomes Ramirez
623005633	Jorge Fernando Flores De Oliveira
623001543	Juliano Martins Ecco
623007548	Karen Bruna Gonçalves Da Silva
623002100	Karina Oliveira Locks Greco
623007668	Leonardo De Camargos Martins
623003123	Leonardo Felipe Marques Tiradentes
623001025	Letícia Borges Da Fonseca Freire
623003575	Letícia Brum Kabbas
623003249	Leticia De Pauli Schaitza
623002352	Linckse Bianca Oliveira Ramires
623008154	Marcella Ferreira Da Cruz Barradas
623002163	Marcos Antonio Dos Santos
623001719	Marilia Bonafe Froment
623007019	Monalisa Renata Artifon

623000238	Nicolas Dorado De Oliveira
623004541	Patricia Aleixo Chigueira Nilo
623001929	Paulo Roberto Colombo Junior
623000090	Paulo Sergio Machado Junior
623005398	Polyanna Tamaio Zanineli
623001680	Renata Luiza Berbetz Martins
623000749	Renato Augusto Bomfim
623003915	Rodrigo Bigliardi Zibetti
623007778	Stephanye Mazzari Pires
623010315	Thiago Rosa Alvarez
623009029	Thiago Stanley Gurski
623004622	Vanessa Ferreira De Miranda
623008079	Victor Machado Schmitt
623000361	Vítor Braga De Castro Alves
623003161	Vitor Dias Dos Santos Paula
623003621	Wesllen Rennan Nogueira De Alencar
623005382	Yasmmin Andressa Simioni Cavalari

4. DA CONVOCAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO SORTEIO DOS PONTOS E ORDEM DE ARGUIÇÃO

4.1. Os candidatos e candidatas relacionados acima estão habilitados para a 4ª Etapa do Concurso - Prova Oral, na forma do Item 15 do Edital nº 001/2023, que será realizada nas dependências do Tribunal de Justiça, sala nº 201 do 2º andar do Prédio anexo ao Palácio da Justiça - Praça Nossa Senhora de Salette, s/nº- Centro Cívico, nesta Capital.

4.2. Todos os candidatos e candidatas acima relacionados deverão estar presentes no dia 08 de setembro de 2024, às 8h (horário de Brasília/DF), **sob pena de eliminação**, sala nº 201 do 2º andar do Prédio anexo ao Palácio da Justiça - Praça Nossa Senhora de Salette, s/nº- Centro Cívico, nesta Capital - para participarem do sorteio da ordem de arguição, conforme estabelece o item 15.7 do Edital nº 001/2023. Os candidatos e candidatas serão divididos em 8 (oito) grupos.

O primeiro grupo será arguido no dia 09 de setembro de 2024 (segunda-feira), a partir das 9h (horário de Brasília/DF), na sala nº 201 do 2º andar do Prédio anexo ao Palácio de Justiça.

O segundo grupo será arguido no dia 10 de setembro de 2024 (terça-feira), com início às 9h (horário de Brasília/DF), na sala nº 201 do 2º andar do Prédio anexo ao Palácio de Justiça.

O terceiro grupo será arguido no dia 11 de setembro de 2024 (quarta-feira), a partir das 9h (horário de Brasília/DF), na sala nº 201 do 2º andar do Prédio anexo ao Palácio de Justiça.

O quarto grupo será arguido no dia 12 de setembro de 2024 (quinta-feira), a partir das 9h (horário de Brasília/DF), na sala nº 201 do 2º andar do Prédio anexo ao Palácio de Justiça.

O quinto grupo será arguido no dia 13 de setembro de 2024 (sexta-feira), a partir das 9h (horário de Brasília/DF), na sala nº 201 do 2º andar do Prédio anexo ao Palácio de Justiça.

O sexto grupo será arguido no dia 16 de setembro de 2024 (segunda-feira), a partir das 9h (horário de Brasília/DF), na sala nº 201 do 2º andar do Prédio anexo ao Palácio de Justiça.

O sétimo grupo será arguido no dia 17 de setembro de 2024 (terça-feira), a partir das 9h (horário de Brasília/DF), na sala nº 201 do 2º andar do Prédio anexo ao Palácio de Justiça.

O oitavo grupo será arguido no dia 18 de setembro de 2024 (quarta-feira), a partir das 9h (horário de Brasília/DF), na sala nº 201 do 2º andar do Prédio anexo ao Palácio de Justiça.

4.3. No dia 08 de setembro de 2024, no local indicado no item anterior, logo após o sorteio da ordem de arguição, os candidatos e candidatas que integrarem o primeiro grupo participarão do sorteio do ponto de cada uma das disciplinas, conforme prescreve o item 15.5 do Edital. Os candidatos e candidatas que integrarem o segundo grupo farão o sorteio do ponto de cada uma das disciplinas no dia 09 de setembro de 2024, às 8h (horário de Brasília/DF); os candidatos e candidatas que integrarem o terceiro grupo farão o sorteio do ponto de cada uma das disciplinas no dia 10 de setembro de 2024, às 8h (horário de Brasília/DF), e assim sucessivamente, **observando que os sorteios dos pontos ocorrerá no local designado para as arguições (Sala nº 201 do 2º andar do Prédio anexo ao Palácio de Justiça).**

4.4. O candidato ou candidata que não comparecer ao sorteio da ordem de arguição estará automaticamente eliminado do certame.

4.5. No dia designado para a prova oral, os candidatos e candidatas permanecerão nas dependências do Tribunal de Justiça, no local indicado pelo Secretário do Concurso, até o momento da sua arguição.

4.6. Na forma do disposto no art. 64, § 5º, da Resolução nº 75/2009-CNJ, será permitida a consulta apenas de Códigos ou legislação esparsa não comentado ou anotado.

5. DA COMISSÃO EXAMINADORA

5.1. Através do Despacho 10776565-P-GJAP-GJAP-FKCS, o Excelentíssimo Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, designou os membros abaixo indicados para comporem a Comissão Examinadora da Prova Oral do Concurso da Magistratura, que estarão vinculados às matérias respectivas:

Desembargador FÁBIO MARCONDES LEITE - Direito Civil;

Desembargador ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO MARTINS - Direito Civil;

Desembargador ROSALDO ELIAS PACAGNAN - Direito Processual Civil;

Doutora GRACIELA IURK MARINS (Representante da OAB/PR) - Direito Processual Civil;

Desembargadora PRISCILLA PLACHA SÁ - Direito Penal;

Doutor LEONARDO BECHARA STANCIOLI - Direito Penal;

Desembargador RUY ALVES HENRIQUES FILHO - Direito Processual Penal;

Desembargador CARVÍLIO DA SILVEIRA FILHO - Direito Processual Penal;

Desembargador HAMILTON RAFAEL MARINS SCHWARTZ - Direito Constitucional;

Desembargador ROGÉRIO RIBAS - Direito Constitucional;

Desembargador EDUARDO CASAGRANDE SARRÃO - Direito Administrativo;

Desembargador IRAJÁ PIGATTO RIBEIRO - Direito Administrativo;

Desembargador ANDREI DE OLIVEIRA RECH - Direito Ambiental;

Doutor GUSTAVO HENRIQUE ROCHA DE MACEDO (Representante do MP/PR) - Direito Ambiental;

Desembargador OCTÁVIO CAMPOS FISCHER - Direito Tributário;

Doutor RODRIGO FERNANDES LIMA DALLEDONE - Direito Tributário;

Desembargadora ÂNGELA MARIA MACHADO COSTA - Direito Previdenciário;

Desembargador VICTOR MARTIM BATSCHKE - Direito Previdenciário;

Desembargador ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA - Direito Eleitoral;

Doutor CESAR GHIZONI - Direito Eleitoral;

Doutora SABRINA MARINA FADEL BECUE (Representante da OAB/PR) - Direito Empresarial;

Doutora DILMARI HELENA KESSLER - Direito Empresarial;

Doutora FERNANDA KARAM DE CHUEIRI SANCHES - Direito do Consumidor;

Desembargador LUIZ CÉZAR NICOLAU - Direito do Consumidor;

Desembargador FÁBIO HAICK DALLA VECCHIA - Estatuto da Criança e do Adolescente;

Desembargador SÉRGIO LUIZ KREUZ - Estatuto da Criança e do Adolescente;

Desembargador JOSÉ CAMACHO SANTOS - Juizados Especiais;

Desembargador MARCOS SÉRGIO GALLIANO DAROS - Juizados Especiais;

Desembargadora ÂNGELA KHURY - Formação Humanística;

Desembargadora LENICE BODSTEIN - Formação Humanística;

Desembargador EDUARDO AUGUSTO SALOMÃO CAMBI – Direitos Humanos;

Desembargador FRANCISCO CARDOZO DE OLIVEIRA – Direitos Humanos.

6. PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO

6.1. A Comissão de Concurso, consoante o estabelecido no item 15.3 do Edital nº 001/2023, procedeu o agrupamento das disciplinas previstas no Subitem 3.5, “b”, do Edital nº 001/2023 e Anexo III do mesmo Edital na forma abaixo indicada:

DIREITO CIVIL

PONTO Nº 1

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Sistema do Código Civil. Princípios gerais do Direito. Unidade sistemática e pluralidade de fontes. Codificação e constitucionalização das relações privadas. Direito subjetivo. Direito potestativo. Faculdade jurídica. Direitos imprescritíveis. Relação jurídica e situações jurídicas. Situações subjetivas existenciais e situações subjetivas patrimoniais. Das pessoas naturais. Da personalidade e da capacidade. Dos direitos de personalidade. Da ausência. Da personalidade jurídica. Liberdade, autonomia e novas tecnologias. Teorias da desconsideração da personalidade jurídica. Do domicílio. Dos bens. Dos Bens. Bens considerados em si mesmos. Móveis e imóveis. Fungíveis e consumíveis. Divisíveis. Singulares e coletivos. Bens reciprocamente considerados. Principais e acessórios. Benfeitorias e sua classificação. Bens públicos. Distinção dos particulares.

PONTO Nº 2

Dos Fatos jurídicos. Teoria Geral do negócio jurídico. Prova. Negócios jurídicos: conceito, pressupostos e elementos de existência, requisitos de validade; classificações. Inexistência, invalidade e ineficácia. Interpretação dos atos e negócios jurídicos. Defeitos dos atos e negócios jurídicos. Erro. Dolo. Coação. Estado de perigo. Lesão. Fraude contra credores. Invalidade do negócio jurídico. Negócio nulo. Condições de nulidade. Simulação. Negócio anulável. Condições de anulabilidade. Convalidação. Requisitos. Prova dos fatos jurídicos. Interesse público e estrutura do negócio jurídico. A função negocial nas relações jurídicas contemporâneas. Dos atos jurídicos lícitos e dos atos jurídicos ilícitos. Requisitos de configuração do ato ilícito. Excludentes do ato ilícito. Prescrição e decadência. Regime jurídico do Código Civil. Disposições gerais. Prescrição. Exceção, renúncia, oportunidade de alegação, reconhecimento *ex officio* e iniciativa do interessado. Interrupção e suspensão da prescrição. Fato com origem criminal. Termo legal da prescrição. Solidariedade. Aproveitamento da prescrição. Condições. Prazos de prescrição. Decadência. Legal e convencional. Renúncia. Prazos de decadência.

PONTO Nº 3

Das Obrigações. Modalidades. Obrigações de dar. Obrigações de fazer e não fazer. Obrigações alternativas, divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Solidariedade ativa e passiva. Transmissão das obrigações. Adimplemento, inadimplemento e extinção das obrigações. Mora. Contratos em geral. Normas gerais. Extinção do contrato. Tendências atuais do direito contratual. Autonomia da vontade. Intervenção do Estado e a função social do contrato. Contrato e propriedade. Pós-eficácia contratual. Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019). Formação dos contratos, estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar. Teoria da boa-fé objetiva. Extinção do contrato. Distrato. Cláusula resolutiva. Exceção do contrato não cumprido. Revisão contratual. Teorias subjetivas e objetivas. Imprevisão. Resolução por onerosidade excessiva. Teoria da base do negócio jurídico.

PONTO Nº 4

Classificação dos contratos: unilaterais e bilaterais; típicos, atípicos e mistos; consensuais e reais; gratuitos e onerosos; cumulativos e aleatórios; contratos solenes e não solenes; contratos personalíssimos; contratos preliminares. Contrato com pessoa a nomear. Gestão de negócios. Distinções e semelhanças do regime jurídico-contratual entre '*civil law*' e '*common law*'. Contratos em espécie (típicos): Compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação. Locação de coisas. Fiança. Empréstimo. Comodato. Mútuo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e Distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição de renda. Transação. Contratos atípicos. Contratos agrários. Parceria e arrendamento. Atos Unilaterais. Promessa de recompensa. Gestão de negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Da responsabilidade civil e da obrigação de indenizar. Do novo direito de danos e os reflexos na imputação e no nexa causal.

PONTO Nº 5

Da posse. Conceito e classificação. Detenção. Aquisição. Efeitos e perda. Composses e defesa dos direitos possessórios. Posse justa, violenta, clandestina e precária. Posse de boa-fé. Constituto possessório. Aquisição, efeitos, desforço próprio. Direitos do possuidor de boa-fé. Obrigações e direitos do possuidor de má-fé. *Exceptio proprietatis*. Perda da posse. Da propriedade. Função social da propriedade. Aquisição da propriedade imóvel. Modos de aquisição a título originário e derivado. Aquisição da propriedade móvel. Tradição. Perda da propriedade. Direitos de vizinhança. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso e Habitação. Direito do promitente comprador. Penhor. Hipoteca. Anticrese. Alienação fiduciária. Proteção possessória. Usucapião. Espécies e requisitos.

PONTO Nº 6

Direito das famílias. Direitos pessoais. Casamento. Formas, pressupostos, capacidade, impedimentos, causas suspensivas, celebração, provas, nulidade, anulabilidade e eficácia. Dissolução do casamento. Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. Formas, causas, hipóteses de impossibilidade de vida em comum. Separação, divórcio e proteção da pessoa dos filhos. Direito Parental. Relação de parentesco, filiação, reconhecimento dos filhos, adoção, poder familiar e bem de família. Investigação de paternidade. Fundamentos biológicos e bases socioafetivas da filiação e do parentesco. Filiação matrimonial. Filiação havida fora do casamento. Posse de estado de filho. Filiação e descendência genética. Guarda compartilhada (Lei nº 13.058/2014). Direito Protetivo. Tutela e Curatela. Medidas protetivas à violência doméstica e familiar (Lei nº 11.340/2006). Direito das famílias. Direitos pessoais. Da União Estável e do Concubinato. União estável. Conceito, condições, impedimentos, deveres, causas suspensivas do casamento e a união estável, regime patrimonial. Concubinato. Conceito e reconhecimento judicial. Da União Homoafetiva. Direito da Família. Direitos patrimoniais. Regimes de bens no casamento, usufruto e administração dos bens dos filhos menores. Alimentos. Conceito, abrangência, finalidade, pressupostos, critérios e características da obrigação. Bem de família.

PONTO Nº 7

Do Direito das Sucessões. Da sucessão em geral. Herança e administração. Vocações hereditárias. Aceitação e renúncia. Exclusão da sucessão. Herança jacente. Petição de herança. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão testamentária. Testamento em geral. Capacidade de testar. Testamentos público, cerrado e particular. Codicilo. Legados e sua caducidade. Testamentos especiais. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Substituições. Deserdação. Redução das disposições testamentárias. Revogação e rompimento do testamento. Inventário e partilha. Sonegados. Pagamento de dívidas. Colação de bens. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação de partilha. Das disposições finais e transitórias do Código Civil Brasileiro, artigos 2.028 a 2.046.

PONTO Nº 8

Registros Públicos. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Natureza dos serviços. Delegação. Fé pública. Lei nº 8.935/94. Registro de imóveis. Princípios de regência do registro imobiliário. Atos sujeitos a registro. Averbamentos. Registro de Títulos e Documentos. Atos sujeitos a registro. Sociedades religiosas e partidos políticos. Competência para registro dos atos constitutivos e estatutos. Registro Civil das Pessoas Naturais. Atos sujeitos a registro. Tabelionatos de Notas e Tabelionatos de Protestos Cambiais. Competência dos titulares. Da alienação fiduciária (Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969). Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997. Do condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias (Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964), Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004. Do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003). Da locação de imóveis urbanos (Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Lei nº 14.382/2022. Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (Lei nº 14.010/2020). Resolução CNJ nº 452, de 22/4/2022. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PONTO Nº 1

Direito material e direito processual. Normas processuais fundamentais. Boa-fé, eficiência e colaboração processual. Direito processual e Constituição. Acesso à Justiça. Lesão e ameaça a direito. Instrumentalidade, efetividade, adequação, tempestividade e eficiência da tutela jurisdicional. Princípio de economia processual. Garantia da duração razoável do processo. Meios adequados de resolução de conflitos. Conciliação e mediação. Arbitragem. Aplicação das normas processuais. Jurisdição e competência. Conceito. Características. Espécies. Escopos. Critérios. Limites. Princípios. Cooperação internacional. Incompetência absoluta e relativa e meios de suscitação. Modificação da competência. Prevenção. Prorrogação. Perpetuação. Cooperação nacional. Atos de concertação. Produção de prova única nos litígios de massa. Ação: conceito, natureza jurídica, teorias, condições, identificação e Classificação. Processo: conceito, natureza jurídica, teorias. Pressupostos processuais.

PONTO Nº 2

Sujeitos do processo. Partes e capacidade processual. Deveres processuais e responsabilidade. Litigância de má-fé e atos atentatórios à dignidade da justiça. Despesas processuais, honorários de sucumbência, multas e gratuidade da justiça. Sucessão e substituição. Curador especial. Procuradores. Litisconsórcio:

modalidades, poderes e limitação. Intervenção de terceiros: espécies, características. Assistência simples e litisconsorcial. Denúnciação da lide. Chamamento ao processo. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica. Amicus Curiae. Juiz: poderes, deveres e responsabilidades. Impedimento e suspeição. Auxiliares da Justiça. Carreiras essenciais à administração da Justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública. Atos processuais: conceito, classificação, forma. Negócio jurídico processual e convenção processual. Calendário processual. Prática de atos processuais no processo eletrônico. Atos das partes. Preclusão temporal, lógica e consumativa. Atos do juiz. Preclusão pro judicato. Tempo, lugar e comunicação dos atos processuais. Prazos. Citações e intimações. Teoria da aparência. Citação real e ficta. Contumácia. Invalidades processuais. Mera irregularidade. Anulabilidade. Nulidade. Vícios processuais sanáveis e insanáveis. Distribuição e registro. Valor da causa.

PONTO Nº 3

Tutelas provisórias. Aspectos gerais. Poder geral de tutela. Tutelas de urgência. Tutela cautelar e tutela antecipada: cabimento, fungibilidade, momento, requisitos, procedimentalização. Estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Modalidades de tutela urgente antecipada na forma específica: tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito. Tutela de evidência: cabimento, requisitos, procedimentalização. Distribuição do tempo do processo. Provas: conceito e disposições gerais. Relevância e admissibilidade. Prova direta e indireta. Presunções e máximas de experiência. Ônus e dever probatório. Distribuição estática e distribuição dinâmica. Inversão. Poderes probatórios do juiz. Prova ilícita. Regras de exclusão e regras de privilégio. Provas típicas e atípicas. Prova estatística nas demandas coletivas. Prova e tutela inibitória. Produção da prova e produção antecipada da prova. Valoração da prova. Sistema do convencimento motivado. Standards de prova. Audiência de instrução e julgamento.

PONTO Nº 4

Procedimento comum. Formação, suspensão e extinção do Processo. Elementos da demanda. Petição inicial: requisitos, alteração, aditamento, emenda, inépcia e indeferimento. Improcedência liminar do pedido. Recursos. Retratação. Teoria da aparência. Audiência de conciliação ou de mediação. Resposta: conceito, espécies. Contestação. Reconvenção. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo. Julgamento antecipado do mérito. Julgamento antecipado parcial do mérito. Saneamento e organização do processo. Delimitação das questões e requerimento de esclarecimentos. Saneamento compartilhado.

PONTO Nº 5

Sentença: conceito, disposições gerais, classificação e elementos. Racionalidade. Fundamentação analítica. Interpretação e argumentação jurídica na sentença. Justificação das consequências da decisão judicial (LINDB). Interpretação da decisão judicial. Efeitos. Regra da congruência. Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa e as formas de tutela específica. Remessa obrigatória. Coisa julgada: conceito; espécies; limites; eficácias negativa, positiva e preclusiva; relativização. O deduzido e o dedutível. Coisa julgada sobre questão. Sentenças autossuficientes e sentenças não autossuficientes. Liquidação de sentença. Cumprimento de Sentença: disposições gerais. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação: (a) de pagar quantia certa; (b) de prestar alimentos, provisórios ou definitivos; (c) de pagar quantia certa pela Fazenda Pública; (d) de fazer, de não fazer e de entregar coisa. Defesa. Cumprimento de sentença provisório e definitivo.

PONTO Nº 6

Procedimentos especiais do CPC/15: ação de consignação em pagamento, ação de exigir contas, ações possessórias, inventário e partilha, ações de família, embargos de terceiro, oposição, habilitação, ação monitória, da homologação do penhor legal; da regulação de avaria grossa; restauração de autos. Procedimentos de jurisdição voluntária: disposições gerais. Notificação e interpelação, alienação judicial. Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio. Testamentos e codicilos. Herança jacente. Bens dos ausentes. Coisas vagas. Interdição e tutela. Organização e fiscalização das fundações.

PONTO Nº 7

Processo de execução: disposições gerais, partes, competência, requisitos. Títulos executivos. Responsabilidade patrimonial. Espécies de execução. Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução por quantia certa. Execução contra a fazenda pública. Execução de alimentos. Embargos à execução. Suspensão e extinção do processo de execução. Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015 e suas alterações). Procedimentos especiais previstos na legislação extravagante.

Doutrina processual e legislação processual esparsa e suas alterações (independentemente de indicação específica do diploma legal, mas notadamente a respeito do indicado) sobre: bem de família (Lei nº 8.009/1990 e suas alterações); prescrição das ações contra a Fazenda Pública (Decreto nº 20.910/1932 e Decreto-lei nº 4.597/1942); assistência judiciária (Lei nº 1.060/1950 e suas alterações); execução fiscal (Lei nº 6.830/1980 e suas alterações); divórcio, separação e união estável (Lei nº 6.515/1977 e suas alterações e Lei nº 9.278/1996); proteção do consumidor (Lei nº 8.078/1990) e suas alterações; desapropriação (Decreto-lei nº 3.365/1941 e suas alterações); registros públicos (Lei nº 6.015/1973 e suas alterações); mandado de segurança (Lei nº 12.016/2009); ação popular e ação civil pública (Lei nº 4.717/1965 e suas alterações, Lei nº 7.347/1985 e suas alterações e Lei nº 8.429/1992 e suas alterações); habeas data (Lei nº 9.507/1997); alimentos (Lei nº 5.478/1968 e suas alterações e Lei nº 11.804/2008); investigação de paternidade (Lei nº 8.560/1992 e suas alterações); habeas corpus cível; usucapião; Juizados Especiais Estadual e Federal (Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações) e Juizado Especial da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009); informatização do processo judicial (Lei nº 11.419/2006); medidas cautelares e tutela antecipada contra o Poder Público/Fazenda Pública e suspensão de liminares (Lei nº 8.437/1992 e suas alterações e Lei nº 9.494/1997 e suas alterações); edição, revisão e cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal (Lei nº 11.417/2006); mediação e autocomposição de conflitos (Lei nº 13.140/2015). Reflexos da Lei nº 13.105/2015 e suas alterações na legislação processual esparsa. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lei nº 13.655/2018). Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/1996 e alterações – Lei nº 13.129/2015).

PONTO Nº 8

Da ordem dos processos nos Tribunais e competência originária: disposições gerais. Incidentes de assunção de competência, de arguição de inconstitucionalidade e de resolução de demandas repetitivas. Conflito de competência. Homologação de sentença estrangeira e concessão de exequatur a carta rogatória. Ação rescisória. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Reclamação. Recursos: conceito, natureza jurídica, classificação, normas fundamentais, efeitos. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Sucedâneos recursais. Ações autônomas de impugnação. Precedentes (ratio decidendi, obiter dictum, formação, vinculação, distinção e superação). Súmulas. Súmulas vinculantes. Papel das Cortes Superiores. Recursos em espécie: apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, agravo interno, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário. Repercussão geral em recurso extraordinário. Recursos extraordinário e especial repetitivos e seu julgamento. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário. Embargos de divergência. Técnica de julgamento não unânime.

DIREITO DO CONSUMIDOR

PONTO Nº 1

Fundamentos Constitucionais e infraconstitucionais do Direito do Consumidor. Campo de Aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC). Relação de Consumo. Conceitos de consumidor, fornecedor, produto e serviço. Correntes e posicionamento do STJ. Principiologia e Direitos Básicos no CDC. Boa-fé objetiva. Inversão do ônus da prova. Responsabilidade pelo fato e do produto e do serviço no CDC. Responsabilidade pelo Vício do produto e do serviço no CDC. Prazos. Garantia Contratual e Legal. Decadência e Prescrição. Desconsideração da Personalidade Jurídica no CDC. Jurisprudência, precedentes e súmulas do STF e do STJ em matéria de direito do consumidor.

PONTO Nº 2

Oferta e Publicidade. Práticas Comerciais Abusivas. Cobrança de Dívidas e cadastros de Inadimplentes. Contratação no comércio eletrônico – Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013. Proteção Contratual no CDC. Cláusulas Abusivas. Contratos de Adesão. Financiamentos. Ações de revisão de contrato. Prevenção e tratamento do superendividamento. Sanções administrativas. O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Jurisprudência, precedentes e súmulas do STF e do STJ em matéria de direito do consumidor.

PONTO Nº 3

Defesa dos Direitos do Consumidor em Juízo. Ações Coletivas para defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos em matéria de consumo. Conciliação no superendividamento. Lei do Cadastro Positivo e seu regulamento (Lei nº 12.414/2011 e Decreto nº 9.936/2019). Lei dos planos e seguros privados de assistência à saúde (Lei nº 9.656/1998). Jurisprudência, precedentes e súmulas do STF e do STJ em matéria de direito do consumidor.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PONTO Nº 1

Constituição Federal de 1988. Proteção integral e prioridade absoluta dos direitos da Infância e Juventude. Normativa Internacional: Declaração Universal dos Direitos da Criança, Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, Convenção de Haia sobre Cooperação em Matéria de Adoção, Regras Mínimas sobre Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing). Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Atos Normativos referentes à criança e ao adolescente do Conselho Nacional de Justiça. Autorização de viagem. Resolução CNJ nº 295 de 13/09/2019. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 e suas alterações). Livro I - Parte geral: Título I - Disposições preliminares. Título II - Direitos fundamentais. Título III - Prevenção. Livro II – Parte especial. Título I - Da Política de atendimento. Título V – Do Conselho Tutelar. Título VI - Acesso à justiça.

PONTO Nº 2

Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/1993, com as alterações da Lei nº 12.435/2011). Política Nacional de Assistência Social (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 145/04 – D.O.U. 28.10.2004). Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 109/09 – D.O.U. 25.11.2009). Provimento Corregedoria CNJ nº 118/2021 e suas alterações. Resolução CNJ nº 165/2012 e suas alterações. Recomendação CNJ nº 98/2021. Resolução CONANDA nº 169/2014. Resoluções nº 113, de 19.04.06 e nº 117, de 11.07.06, ambas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõem sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Proteção e direitos das crianças e adolescentes com transtornos mentais (Lei nº 10.216/2001). Lei nº 13.431/2017 e Decreto nº 9.603/2018- Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Lei nº 14.344/2022 – cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte. Lei nº 13.257/2016 – Marco Legal da Primeira Infância. Resolução CONANDA nº 231/2022 - Altera a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 e suas alterações). Livro II – Parte Especial: Título II – Das medidas de proteção. Título IV – das medidas pertinentes aos pais e responsáveis.

PONTO Nº 3

Constituição Federal de 1988. Proteção integral e prioridade absoluta dos direitos da Infância e Juventude. Lei do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) (Lei nº 12.594/2012). Atos Normativos referentes à criança e ao adolescente do Conselho Nacional de Justiça. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 e suas alterações): Livro II – Parte Especial: Título III – Da prática de ato infracional: Capítulo I – Disposições gerais. Capítulo II – Dos direitos individuais. Capítulo III – Das garantias processuais. Capítulo IV – Das medidas socioeducativas. Capítulo V – Da Remissão. Título VII – Capítulo I – Dos crimes. Capítulo II – das infrações administrativas.

DIREITO PENAL

PONTO Nº 1

Direito Penal: conceito, funções e caracteres. Ciências Penais e disciplinas auxiliares. Teorias da ação. Causas que excluem a ação e omissão. Relação de causalidade. Teorias. Superveniência de causa relativamente independente. Causação e imputação do resultado. Teorias. Estrutura do delito omissivo. Delito omissivo próprio. Delito omissivo impróprio. Teoria das Circunstâncias. Circunstâncias judiciais. Circunstâncias legais. Circunstâncias legais. Circunstâncias agravantes. Reincidência. Conceito e elementos da reincidência. Espécies e efeitos da reincidência. Agravantes no concurso de pessoas. Circunstâncias atenuantes. Causas de aumento e de diminuição de pena. Qualificadoras. Suspensão condicional da pena. Conceito e natureza jurídica. Sistemas. Requisitos. Espécies. Condições. Período de prova. Revogação. Prorrogação. Extinção. Competência. Prescrição. Conceito e fundamentos. Os prazos de prescrição e sua contagem. Espécies. Suspensão e interrupção da prescrição. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990 e suas alterações). Dos crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997 e suas alterações). Dos crimes de trânsito (Lei nº 9.503/1997 e suas alterações). Dos crimes de transplante de órgãos (Lei nº 9.434/1997 e suas alterações).

PONTO Nº 2

Escolas e tendências penais: escola clássica, escola positiva, escola crítica, escola moderna alemã, escola penal humanista, escola técnico-jurídica, escola correccionalista, movimento de defesa social. Principais fases da evolução epistemológica do Direito Penal: positivismo, neokantismo, finalismo e ontologismo do finalismo de Welzel, pós-finalismo: normativismo funcionalista. Direito Penal do Inimigo. Tipicidade. Conceito de tipo. Tipicidade e ilicitude. Desvalor da ação, desvalor do resultado. Classificação estrutural dos tipos. Tipo de injusto de ação doloso: tipo objetivo e tipo subjetivo. Elemento subjetivo geral: o dolo. Elemento subjetivo do injusto (elemento subjetivo especial do tipo). Tipo de injusto de ação culposos. Conceito e elementos. Modalidades de culpa. Espécies de culpa. Princípio da confiança. Dolo eventual e culpa consciente. Erro de tipo. Conceito. Erro de tipo e erro de tipo permissivo. Erro de tipo escusável e inescusável. Erro accidental. Erro provocado por terceiro. Erro sobre o objeto. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido. Teorias da pena. Conceito. Espécies. Fundamentos e fins da pena. Teorias absolutas, relativas ou unitárias (eccléticas), Classificação das penas. Sistemas penitenciários. Livramento condicional. Requisitos de ordem objetiva e subjetiva. Concessão do livramento. Condições. Carta de livramento, cerimônia, caderneta e pecúlio. Revogação obrigatória e facultativa. Efeitos da revogação. Modificação das condições. Suspensão do livramento. Prorrogação do período de prova e extinção da pena. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003 e suas alterações). Dos crimes de propriedade intelectual de programa de computador (Lei nº 9.609/1998). Crimes de propriedade intelectual (Lei nº 9.279/1996 e suas alterações).

PONTO Nº 3

Princípios Fundamentais do Direito Penal. Princípio da legalidade ou reserva legal. Princípio da dignidade da pessoa humana. Princípio da culpabilidade. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos. Princípio da intervenção mínima e da fragmentariedade. Princípios da pessoalidade e da individualização da pena. Princípio da proporcionalidade. Princípio da humanidade. Princípio da adequação social. Princípio da insignificância. Ilicitude ou antijuridicidade. Causas de justificação. Estado de necessidade: conceito, fundamento e requisitos. Legítima defesa: conceito, fundamento e requisitos. Estrito cumprimento de dever legal: conceito, fundamento, requisitos. Colisão de deveres. Exercício Regular de direito: conceito, fundamento e requisitos. Consentimento do ofendido: conceito, funções, fundamento e requisito. Princípios da Execução Penal: Princípio da legalidade; Princípio do devido processo legal; Princípio da humanidade; Princípio da jurisdicionalidade; Princípios do contraditório e da ampla defesa; Princípio da publicidade. Objeto e aplicação da Lei de Execução Penal: Do objeto da execução penal; da jurisdição do Juízo da Execução; dos presos provisórios, condenados pela Justiça Eleitoral ou Militar; delitos não atingidos pela sentença ou pela lei; a comunidade como ente colaborador. Classificação dos condenados: exame de personalidade e exame criminológico. Assistência: assistência material, assistência à saúde, assistência educacional, assistência social, assistência religiosa, assistência ao egresso. Trabalho: trabalho interno e externo. Deveres e direitos do preso. Disciplina: Faltas disciplinares, regime disciplinar diferenciado, sanções, aplicação das sanções e procedimento disciplinar. Órgãos da Execução Penal. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Juízo da Execução. Ministério Público. Conselho Penitenciário. Departamentos penitenciários. Departamento Penitenciário Nacional. Departamento Penitenciário local. Direção administrativa e de pessoal dos estabelecimentos penais. Patronato. Conselho da Comunidade. Defensoria Pública. Medidas de Segurança. Conceito. Natureza jurídica. Pena e medida de segurança. Princípio da legalidade. Sistemas. Pressupostos de aplicação das medidas de segurança: prática de fato punível, periculosidade do autor, e ausência de imputabilidade plena. Espécies: internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, e tratamento ambulatorial. Locais de internação e tratamento. Duração das medidas de segurança. Exame de verificação da cessação de periculosidade. Desinternação ou liberação condicional. Medida de segurança substitutiva: semi-imputabilidade e superveniência de doença mental. Duração da medida de segurança substitutiva. Extinção da punibilidade e medidas de segurança. Direitos do internado. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra a administração pública. Dos crimes de discriminação na relação jurídica de trabalho (Lei nº 9.020/1995). Dos crimes eleitorais (Lei nº 4.737/1965 e suas alterações). Dos crimes de responsabilidade penal dos Prefeitos e Vereadores (Decreto-Lei nº 201/1967 e suas alterações). Crimes falimentares (Lei nº 11.101/2005 e suas alterações).

PONTO Nº 4

Bem Jurídico-Penal: Conceito e delimitação. Bem jurídico individual e transindividual. Objeto do crime. Bem jurídico e função. Culpabilidade. Conceito. Evolução dogmática da culpabilidade. Conceito material de

culpabilidade. Elementos da culpabilidade. Imputabilidade. Conceito. Causas de exclusão da imputabilidade. Imputabilidade diminuída. Embriaguez actio libera in causa. Consciência da ilicitude. Conceitos e teorias. Erro de proibição. Conceito e modalidades. Distinção entre erro de proibição e erro de tipo. Erro de proibição vencível e erro de proibição invencível. Exigibilidade de conduta diversa. Inexigibilidade. Hipóteses legais e supralegais de exculpação. Estabelecimentos penais. Penitenciária. Colônia agrícola, industrial ou similar. Casa do albergado. Centro de Observação. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Cadeia Pública. Penas privativas de liberdade e execução das penas em espécie: Reclusão e Detenção. Guia de recolhimento. Cálculo de liquidação e soma das penas. Superveniência de doença mental. Regimes. Soma e unificação de pena, detração, remição e fixação de regime. Progressão de regime: requisito objetivo e subjetivo, progressão nos crimes hediondos ou equiparados, regime aberto. Progressão por saltos. Regressão de regime. Monitoração eletrônica. Permissão de saída prisional. Saída temporária. Requisitos para a concessão da saída temporária. Condições legais de fiscalização. Prazo para saída temporária. Revogação da saída temporária. Remição. Contagem do tempo remido. Decisão judicial. Perda do tempo remido. Tempo remido e benefícios. Processo e procedimento judicial na execução penal. Iniciativa. Procedimento. Videoconferência na execução penal. Agravo em execução. Conversões na execução. Incidentes de execução. Conversões: pena privativa de liberdade em penas restritivas de direito; penas restritivas de direito em pena privativa de liberdade; impossibilidade de conversão da pena de multa; pena privativa de liberdade em medidas de segurança. Tratamento ambulatorial em internação. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra a família. Dos crimes referentes à violência doméstica e familiar (Lei nº 11.340/2006 e suas alterações). Dos crimes previstos na Lei nº 9.263/1996 e suas alterações (planejamento familiar). Dos crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.471/2003 e suas alterações). Dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 e suas alterações). Lei de Prevenção e Enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente (Lei nº 14.344/2022).

PONTO Nº 5

Teoria da lei penal. Fontes do Direito Penal: costume, jurisprudência e doutrina. Norma e lei penal: conceito e estrutura lógica da norma jurídico-penal. Lei penal em branco. Interpretação da lei penal. Aplicação da lei penal: argumento analógico, princípios gerais de direito e equidade. Âmbito temporal da lei penal: irretroatividade e retroatividade da lei penal favorável. Lei excepcional ou temporária. Tempo do crime. Etapas da realização do delito: consumação e tentativa. Conceito e elementos. Fundamento da punibilidade da tentativa. Preparação e execução. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crime impossível e delito putativo. Intervenção predisposta de autoridade e atuação do agente provocador. Penas restritivas de direitos. Prestação pecuniária. Perda de bens e valores. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas. Interdição temporária de direitos: proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandado eletivo; proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público; suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo; proibição de frequentar determinados lugares; proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exames públicos. Limitação de fim de semana. Substituição. Conversão da pena na execução. Fiscalização e regras para execução. Excesso ou desvio na execução. Legitimidade para suscitar o incidente. Efeitos da condenação. Conceito. Efeitos secundários penais. Efeitos secundários extrapenais: genéricos específicos. Reabilitação: conceito, condições, requisitos, efeitos e revogação. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra o estado democrático de direito, renumerando-se os demais itens. Dos crimes de interceptação das comunicações telefônicas (Lei nº 9.296/1996). Dos crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo (Leis nº 8.137/1990 e suas alterações e nº 8.176/1991). Dos crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990 e suas alterações). Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019).

PONTO Nº 6

Âmbito espacial da lei penal. Princípios Fundamentais. Conceito de território nacional. Lugar do delito. Extraterritorialidade: imunidade diplomática e imunidade parlamentar. Extradicação: conceito e espécies. Princípios e condições. Limitações à extradicação. Deportação e expulsão. Concurso de delitos. Unidade e Pluralidade delitiva. Sistemas. Concurso material ou real. Concurso formal ou ideal. Crime continuado. Multas no concurso de delitos. Pena de multa. Conceito. Natureza Jurídica. Sistemas de cominação de multa. Condições objetivas da punibilidade. Definição e natureza jurídica. Enumeração e efeitos. Escusas absolutórias. Conceito e denominação. Natureza jurídica. Dos crimes contra a fé pública e delitos das fraudes em certames de interesse público. Dos crimes de lavagem de capitais (Lei nº 9.613/1998 e suas alterações).

Das disposições penais em relação à prevenção e repressão de organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013 e suas alterações). Dos Crimes previstos na Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023). Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941 e suas alterações).

PONTO Nº 7

Delito: conceito formal, material ou analítico. Classificação dos delitos: delito de resultado, delito de mera atividade ou conduta, delito qualificado pelo resultado, delito de lesão, delito de perigo abstrato e concreto, delito comum, especial (próprio e impróprio), delito de mão própria, delito unissubsistente, delito plurissubsistente, delito pluriofensivo, delito instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes, delito de dano, delito comissivo, delito omissivo próprio (puro) e omissivo impróprios (ou comissivos por omissão, ou comissivos-omissivos), delitos unissubjetivo, delito plurissubjetivo (coletivo, de concurso necessário), delitos de ação única, delitos de ação múltipla ou de conteúdo variado, delito complexo, delito progressivo ou de passagem, delito habitual. Sujeitos do delito. Sujeito ativo e passivo. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Concurso de pessoas. Autoria e participação: teorias, requisitos e divisão. Autoria e coautoria: conceito de autor. Autoria colateral Participação: conceitos, elementos e espécies de participação. Punibilidade no concurso de pessoas. Circunstâncias comunicáveis. Determinação da pena. Conceitos e sistemas. Individualização legal, judicial e executória. Fixação da pena. Fixação da pena privativa de liberdade. Fixação da pena de multa. Causas de extinção da punibilidade. Natureza jurídica e efeitos da extinção da punibilidade. Morte do agente. Anistia, graça e indulto. Abolitio criminis. Renúncia. Perdão do ofendido. Perdão judicial. Retratação. Decadência e perempção. Dos crimes previstos na Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006 e suas alterações). Dos crimes relativos a preconceito (Leis nº 7.716/1989 e suas alterações e nº 9.459/1997). Dos crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998 e suas alterações). Dos crimes relativos ao mau uso de agrotóxicos (Leis nº 7.802/1989 e suas alterações). Dos crimes de biossegurança (Lei nº 11.105/2005). Dos crimes do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973 e suas alterações).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PONTO Nº 1

Interpretação e aplicação da norma processual penal. Direito Processual Penal à luz da Constituição Federal.

PONTO Nº 2

Do inquérito Policial (Título II do Livro I – CPP). Da Ação Penal (Título III do Livro I – CPP). Da Ação Civil (Título IV do Livro I – CPP).

PONTO Nº 3

Da Competência (Título V do Livro I – CPP). Das Questões e Processos Incidentes (Título VI do Livro I – CPP). Da prova (Título VII do Livro I – CPP).

PONTO Nº 4

Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça (Título VIII do Livro I – CPP). Da Prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória (Título IX do Livro I – CPP).

PONTO Nº 5

Das Citações e Intimações (Título X do Livro I – CPP). Da Sentença (Título XII do Livro I – CPP). Do Processo Comum (Título I do Livro II – CPP). Dos Processos Especiais (Título II do Livro II – CPP).

PONTO Nº 6

Das Nulidades e dos Recursos em Geral (Títulos I e II do Livro III – CPP). Reforma do Processo Penal (Pacote Anticrime - Lei nº 13.964/2019). Da Execução da Pena (Lei nº 7210/84).

PONTO Nº 7

Leis especiais: Lei antidrogas (Lei nº 11.343/2006 e suas alterações); Programa de proteção às vítimas (Lei nº 9.807/1999); Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.868/2019); Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996); Lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990 e suas alterações); Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/1995 e suas alterações); Prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações); Lei das organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013 e suas alterações); Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997 e suas alterações); Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003 e suas alterações); Violência doméstica (Lei nº 11.340/2006 e suas alterações); Decreto-Lei nº 201/1967 e suas alterações.

DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO Nº 1

Constituição: conceito e classificação; conteúdo da Constituição; normas constitucionais materiais e formais;

supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais: classificação quanto à eficácia e à aplicabilidade. Poder Legislativo: organização, funcionamento e competências; Congresso Nacional; processo legislativo; Comissões Parlamentares e controle jurisdicional; imunidades parlamentares; orçamento e fiscalização orçamentária; Tribunais de Contas. Poder Executivo: princípios constitucionais da Administração Pública; presidencialismo e parlamentarismo; organização e estrutura do Poder Executivo; eleição e mandato do Chefe do Executivo; perda do mandato: hipóteses e consequências; responsabilidade do Chefe do Executivo; Medida Provisória: natureza, efeitos, conteúdo e limites; competência política, executiva e regulamentar; Estado de sítio e Estado de defesa. Direitos individuais: destinatários; classificação; direito à vida; direito à privacidade; dignidade da pessoa humana; igualdade; liberdade (pessoa física, pensamento, ação profissional); propriedade (conceito e natureza constitucional, propriedades especiais, limitações ao direito de propriedade, função social da propriedade).

PONTO Nº 2

Estado Democrático de Direito: conceito; fundamentos constitucionais; princípio da República. Controle de constitucionalidade: sistemas de controle; o sistema brasileiro; instrumentos; exercício do controle; efeitos da declaração de inconstitucionalidade; efeitos da declaração de constitucionalidade; a inconstitucionalidade por omissão. Poder Judiciário: a função jurisdicional; organização do Poder Judiciário; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Súmula Vinculante; Conselho Nacional de Justiça; Justiça dos Estados. Estrutura federativa brasileira: conceito e características da federação; repartição e classificação das competências na Constituição de 1988; União (natureza da unidade federativa; competências; organização), Estados (competências, organização e autonomia), Municípios (competências, organização e autonomia) e Distrito Federal (natureza, competências, organização e autonomia); os “consórcios públicos” (Lei nº 11.107/2005 e suas alterações); intervenção nos Estados e Municípios (autonomia e intervenção, competência interventiva, pressupostos formais e substanciais, procedimento, limites e controle). Nacionalidade (conceito e natureza, direitos dos estrangeiros); Direitos políticos: cidadania (direito a voto e elegibilidade); plebiscito e referendo (conceitos e distinções); direitos políticos negativos (conceito e significado; perda, suspensão e reacquirição dos direitos políticos; inelegibilidades); Partidos políticos e organização partidária; Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995 e suas alterações). Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

PONTO Nº 3

Interpretação da Constituição: hermenêutica constitucional; teorias da interpretação; critério da interpretação conforme; mutação constitucional. Poder Constituinte: conceito; legitimidade e limites; poder originário e poder derivado; poder constituinte estadual. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público (natureza, princípios e garantias, estrutura e funções constitucionais); Advocacia (o advogado e a administração da Justiça, direitos, deveres e inviolabilidade); Advocacia pública (procuradorias e defensorias). Direitos e garantias fundamentais: declaração dos direitos e sua formação histórica; natureza e eficácia das normas sobre direitos fundamentais; conceito de direitos e de garantias; classificação dos direitos fundamentais. Direitos sociais: conceito e classificação; direitos dos trabalhadores (individuais e coletivos); direito à educação e à cultura; direito ambiental; direitos das crianças e dos idosos; seguridade social (saúde, previdência e assistência social); disciplina da comunicação social. Ações Constitucionais: tutela de interesses individuais, difusos e coletivos; ações constitucionais em espécie (habeas corpus, habeas data, mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção, ação civil pública, ação popular, ação declaratória de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental).

DIREITO ELEITORAL

PONTO Nº 1

Direito eleitoral. Conceito. Fundamentos. Fontes e princípios. Interpretação. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil. Do Alistamento Eleitoral: ato e efeitos da inscrição, transferência e encerramento. Cancelamento e exclusão do eleitor. Do domicílio eleitoral. Direitos políticos. Perda. Suspensão. Sufrágio universal. Voto. Característica do voto. Do sistema eleitoral: sistema majoritário e sistema proporcional. Circunscrição eleitoral. Zona eleitoral. Seção eleitoral. Alistamento eleitoral. Mesa receptora de votos, cabinas e urnas. Das coligações. Das convenções para a escolha de candidatos. Do registro de candidatos. Elegibilidade e inelegibilidades. Impugnação de registro de candidatos. Das finanças e contabilidade dos partidos. Fundo partidário. Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Da arrecadação e da aplicação

de recursos nas campanhas eleitorais. Da prestação de contas.

PONTO Nº 2

Dos partidos políticos. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Registro e funcionamento partidário. Criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos. Da filiação partidária. Da fidelidade e da disciplina partidárias. Aspectos constitucionais, legais e éticos dos partidos políticos. Da votação: atos preparatórios, início e encerramento. Dos lugares de votação, das seções eleitorais e das mesas receptoras. Da polícia e da fiscalização perante as mesas receptoras. Da apuração. Do Sistema Eletrônico de Votação e da Totalização dos Votos. Dos órgãos da Justiça Eleitoral. Do Tribunal Superior Eleitoral. Dos Tribunais Regionais Eleitorais. Dos Juízes Eleitorais. Das Juntas Eleitorais. Instâncias Eleitorais. Composição e atribuições. Competência da justiça eleitoral. Poder normativo do TSE. Das pesquisas e testes pré-eleitorais. Da propaganda eleitoral em geral. Da propaganda eleitoral na imprensa. Da propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Propaganda na internet. Do direito de resposta. Das condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Espécies de propaganda regidas pela Lei nº 9.504/97.

PONTO Nº 3

Ministério Público Eleitoral. Improbidade administrativa eleitoral. Processo penal eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Inquérito policial, flagrante, representação, notícia crime e peças de investigação. Ação penal eleitoral. Competência em matéria criminal eleitoral. Rito processual. Incidentes. Invalidação e nulidade de atos eleitorais. Recursos. Ação de impugnação de pedido de registro de candidatura. Investigação judicial eleitoral ou representação jurisdicional eleitoral. Recurso contra a expedição de diploma. Ação de impugnação de mandato eletivo. Prestação de contas eleitoral. Do mandato de segurança. Das impugnações perante as juntas eleitorais. Da proclamação e da diplomação dos eleitos. Dos recursos eleitorais: pressupostos de admissibilidade. Efeitos e prazos. Recursos perante as Juntas e Juízos Eleitorais e Tribunais Regionais. Dos crimes eleitorais. Conceito, natureza e classificação. Tipos previstos na legislação eleitoral.

JUIZADOS ESPECIAIS

PONTO Nº 1

Leis ns. 9.099/95 e 12.153/09. Princípios. Competência

PONTO Nº 2

Juiz, conciliadores e juízes leigos. Partes e procuradores. Ministério Público.

PONTO Nº 3

Atos processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazo. Comunicações. Nulidades. Procedimento sumaríssimo. Despesas processuais.

PONTO Nº 4

Citações e intimações. Pedido e resposta. Revelia e efeitos.

PONTO Nº 5

Conciliação. Arbitragem. Instrução e julgamento. Provas.

PONTO Nº 6

Sentença. Recursos e meios de impugnação às decisões. Mandado de Segurança.

PONTO Nº 7

“Extinção” do processo. Execução.

PONTO Nº 8

Infrações de menor potencial ofensivo. Procedimento sumaríssimo. Denúncia.

PONTO Nº 9

Transação penal. Composição civil dos danos. Suspensão condicional do processo.

PONTO Nº 10

A instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal (Lei n. 0.259/01 e suas alterações).

PONTO Nº 11

Turma Recursal. Competências.

PONTO Nº 12

Enunciados FONAGE. Uniformização de jurisprudência.

DIREITO EMPRESARIAL

PONTO Nº 1

Empresa, empresário e direito societário. Estabelecimento empresarial. Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações). Sociedade empresária: a) conceito de sociedade; b) formação e divisão do capital; c) responsabilidade dos sócios; d) personalidade jurídica; e) desconsideração da personalidade jurídica; f) classificação das sociedades; g) constituição das sociedades. Das sociedades em espécie: a) sociedade em comum; b) sociedade em conta de participação; c) sociedade simples; d) sociedade em nome coletivo; e) sociedade em comandita simples; f) sociedade limitada; g) sociedade anônima; h) sociedade em comandita por ações. Ligações Societárias: a) sociedade controladora; b) sociedades coligadas; c) subsidiária integral; d) grupo societário; e) consórcio.

PONTO Nº 2

Propriedade Industrial. Patentes: a) pedido; b) concessão da patente; c) invenção; d) modelo de utilidade; e) proteção; f) nulidades; g) cessão do pedido ou da patente; h) extinção da patente. Marcas: a) caracterização; b) registro; c) restrições; d) proteção; e) nulidades; f) cessão e licença de uso; g) prazo; h) extinção do registro. Desenhos Industriais: a) titularidade e pedido de registro; b) proteção legal; c) nulidade e extinção do registro.

PONTO Nº 3

Títulos de crédito. Código Civil de 2002 e Lei Uniforme de Genebra: a) características de títulos de crédito; b) circulação dos títulos de crédito; c) conceito de título de crédito; d) requisitos essenciais e não essenciais. Classificação dos títulos de crédito: a) títulos de crédito nominativos; b) títulos de crédito ao portador; títulos de crédito à ordem. Institutos cambiários: a) aval; b) endosso; c) protesto (Lei nº 9.492, de 10.09.97 e suas alterações); d) aceite. Títulos de crédito em espécie: a) letra de câmbio; b) nota promissória; c) duplicata; d) cheque; e) debêntures; f) commercial paper; g) cédulas de crédito comercial, industrial e rural.

PONTO Nº 4

Recuperação judicial, extrajudicial e falência (Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 e suas alterações). Disposições preliminares e comuns à recuperação judicial e à falência: a) verificação e da habilitação de créditos; b) administrador judicial e comitê de credores; c) assembleia geral de credores. Recuperação judicial: a) objetivo; b) legitimidade ativa; c) requisitos; d) créditos abrangidos e exceções; e) meios para a obtenção da recuperação da empresa; f) pedido e processamento da recuperação judicial; g) plano de recuperação judicial. Crise econômica e financeira e cessação do pagamento; causas macro e microeconômicas da crise da empresa. Recuperação judicial das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: plano especial. Recuperação extrajudicial. Convolação da recuperação judicial em falência. Falência: a) objetivo; b) juízo universal; c) efeito da sentença em relação às dívidas; d) classificação dos créditos e ordem de preferência. Procedimento e decretação da falência; f) direitos e deveres do falido; g) autofalência; h) efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor; i) Ações falimentares. Crimes praticados na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial: a) competência; b) natureza da ação penal; c) procedimento penal; d) prescrição; e) efeitos da sentença condenatória; f) legitimação passiva; g) condição objetiva de punibilidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

PONTO Nº 1

Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartições de competência (impostos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios na Constituição Federal de 1988). Repartição constitucional de receitas tributárias. Tributos. Conceito; definição e características; determinação da natureza jurídica específica do tributo; denominação e destino legal do produto da arrecadação. Tributos diretos e indiretos. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade. Espécies tributárias. Impostos; taxas; contribuição de melhoria; contribuições sociais; preço público; tarifa; pedágio. Competência tributária. Conceito, espécies e características. Competência tributária e capacidade tributária ativa. Limitações da competência tributária. Imunidades tributárias. Conceito; imunidades genéricas; imunidades específicas; outras imunidades. Impostos de competência dos Municípios: ISS, ITBI e IPTU.

PONTO Nº 2

Normas gerais de direito tributário. Fontes do direito tributário e espécies normativas. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Norma jurídica tributária. Conceito. Classificação. A regra-matriz de incidência tributária: estrutura lógica; critérios da hipótese e da consequência. O "fato gerador" da obrigação tributária. Classificações dos "fatos geradores". Efeitos do "fato gerador". O "fato gerador" no

âmbito do Código Tributário Nacional. Obrigação tributária. Obrigação tributária e deveres instrumentais ou formais. A obrigação tributária no âmbito do Código Tributário Nacional. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária. Solidariedade tributária. Capacidade tributária e domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade de sucessores, responsabilidade de terceiros e responsabilidade por infrações. A substituição tributária.

PONTO Nº 3

Infrações e Sanções Administrativas. Conceito. Sujeito infrator. Excludentes da Infração. Infrações e sanções tributárias. Ilícitos administrativos tributários. Sanções tributárias. Administração tributária. Fiscalização; dívida ativa e protesto de certidão de dívida ativa; certidões negativas. Processo administrativo tributário estadual (Lei Estadual nº 18.877/2016). Processo judicial tributário: execução fiscal; ação cautelar fiscal; ação declaratória; ação anulatória de lançamento; ação de consignação em pagamento; ação de repetição de indébito tributário; mandado de segurança. Impostos de competência dos Estados: ICMS, IPVA e ITCMD. Lei Estadual nº 11.580/1996 (ICMS). Lei Estadual nº 14.260/2003 (IPVA). Título II da Lei Estadual nº 18.573/2015 (ITCMD).

PONTO Nº 4

Constituição do crédito tributário. Lançamento tributário: conceito; natureza jurídica; atributos; alterabilidade; modalidades; revisão. Garantias e privilégios do crédito tributário. Preferências. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Moratória; depósito do montante integral; reclamações e recursos administrativos; medida liminar em mandado de segurança; medida liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ação judicial; parcelamento. Extinção do crédito tributário. Pagamento; consignação em pagamento; repetição do indébito tributário; pagamento antecipado e homologação do lançamento; dação em pagamento; compensação; transação; remissão; decadência; prescrição; conversão de depósito em renda; decisão administrativa irreformável; decisão judicial passada em julgado. Causas extintivas não previstas no Código Tributário Nacional. Exclusão do crédito tributário. Isenção e anistia.

DIREITO AMBIENTAL

PONTO Nº 1

Meio Ambiente. Teoria Geral do Direito ambiental. Conceito. Natureza. Fontes e Princípios. Ética Ambiental. Meio Ambiente na Constituição Federal. Fundamento constitucional. Ecologia ou Antropologia. Estado Constitucional Ecológico. A Ética e o ambiente natural, cultural e artificial. A ética ambiental e o Estatuto da Cidade. Jurisprudência das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça. Política ambiental constitucional. Deveres ambientais. Deveres ecológicos e regulamentação da atividade econômica na Constituição Federal. Direito Ambiental Constitucional. Competência legislativa em matéria ambiental. Competências legislativas exclusivas e concorrentes. Competência material na defesa do meio ambiente. Lei da cooperação federativa em matéria ambiental (Lei Complementar nº 140/2011). Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005). Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999). Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015). O Direito Ambiental Internacional. Conceito. Fontes do Direito ambiental internacional. Princípios gerais do direito ambiental internacional. MERCOSUL e Direito Ambiental Internacional. Procedimentos administrativos de prevenção de dano ambiental nacional transfronteiriço. As Organizações Não Governamentais. ONGs. Bens Ambientais. Águas, cavidades naturais subterrâneas. Energia. Espaços territoriais protegidos e seus componentes: Fauna, Flora, Florestas, Ilhas, Paisagem, Mar Territorial, Praias fluviais, Praias marítimas. Recursos naturais da plataforma continental. Recursos da zona econômica exclusiva. Sítios arqueológicos e pré-históricos. Terrenos de marinha e seus acrescidos. Terrenos marginais. Espaços territoriais especialmente protegidos. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985/2000). Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação: Fundamento Constitucional. Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Proteção do Cerrado e do Pantanal. Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006). Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006).

PONTO Nº 2

Política Nacional do Meio Ambiente. Regime jurídico. Princípios da PNMA. Objeto. Finalidade. Instrumentos da PNMA. SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente. Objeto. Órgãos integrantes. Órgão Superior. Conselho de Governo. Órgão Consultivo e Deliberativo (CONAMA). Órgão Central – Ministério do Meio Ambiente. Recursos Hídricos e Amazônia legal. Órgão executor – IBAMA. Órgãos Setoriais. Órgãos Seccionais e órgãos locais. Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Licenciamento Ambiental. Sistema de Licenciamento. Tipos de Licença (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação).

Outorgas das Licenças. Licença Ambiental para fins específicos. Função e Natureza Jurídica do Estudo de Impacto Ambiental. Regime jurídico do licenciamento ambiental. Conceito jurídico de impacto ambiental. Exigência Constitucional dos Estudos de Impacto Ambiental. O EIA na legislação nacional. Competência Legislativa sobre o EIA. Competência para exigir o EIA. Estados e Municípios. Competência do CONAMA para estabelecer as diretrizes sobre o EIA. Normas Gerais. Conteúdo do EIA. RIMA. Audiência Pública. As licitações e o EIA. Conceito de Zoneamento Ambiental. Finalidade. Natureza jurídica. Zoneamento Ambiental Urbano. Zonas de Uso Industrial – ZUI. Zonas de Uso Estritamente Industrial – ZUEI. Zona de Uso Predominantemente Industrial – ZUPI. Zona de Uso Diversificado – ZUD. Zoneamento Ambiental Agrícola e Zoneamento Ambiental Costeiro. Zoneamento EcológicoEconômico.

PONTO Nº 3

O Dano Ambiental. Apuração do Dano Ambiental. Reparação do Dano Ambiental. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal por danos ao Meio Ambiente. Infrações Administrativas Ambientais. Sanções para as infrações administrativas ambientais. O Poder de Polícia e Direito Ambiental. Regime jurídico das infrações penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Política Nacional de Recursos Hídricos. Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997). Política Nacional de Saneamento Básico. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007). Política Estadual de Recursos Hídricos. Conceito de Poluição. Poluição das águas. Poluição Atmosférica. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por rejeitos perigosos. Poluição causada por óleo (Lei nº 9.966/2000). Poluição por agrotóxicos. Lei de Agrotóxicos (Lei nº 7.802/1989). Poluição sonora. Política Estadual de Mudanças Climáticas. Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009). Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119/2021). Mudança do Clima e Mercado de Carbono.

PONTO Nº 4

Meios processuais para a defesa ambiental. Ação Popular. Ação Civil Pública. Competência para o processamento e julgamento das ações civis públicas por danos ao meio ambiente. Legitimidade ativa. Mandado de Segurança Individual e Coletivo. Mandado de Injunção. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Desapropriação. Tombamento. A tutela inibitória em matéria de proteção ao meio ambiente. A tutela de urgência e de evidência no direito ambiental. O acesso coletivo à tutela jurisdicional em matéria ambiental. Intervenção de Terceiros stricto e lato sensu. Recursos. Crimes contra o meio ambiente. Responsabilidade penal ambiental. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Ação e processo penal. Competência para julgar os crimes contra o meio ambiente. Crimes ambientais. Crimes contra a fauna. Crimes contra a flora. Crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural. Crimes de poluição. Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998).

DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO Nº 1

As funções do Estado. Origem do Direito Administrativo. O regime jurídico-administrativo. Conteúdo do regime jurídico administrativo. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB. Aplicação do regime jurídico administrativo a entidades da Administração Indireta, entidades de colaboração e particulares. Estatuto das Empresas Estatais (Lei nº 13.303/2006). Administração Direta e Indireta. Terceiro Setor. Conceito de Direito Administrativo e suas relações com as outras disciplinas jurídicas. A constitucionalização do Direito Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Restrições ao princípio da legalidade. Princípios reconhecidos em legislação infraconstitucional, pela doutrina e pela jurisprudência. Interpretação do direito administrativo. Normas sobre interpretação do direito público na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro. Controle sistemático das relações administrativas. Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, classificação, espécies. Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo. Invalidez, nulidade, anulação, cassação, caducidade, convalidação e revogação. Principais espécies. Controle de mérito e de legalidade dos atos administrativos. Controle sistemático dos atos administrativos. Regime jurídico dos atos administrativos. Servidores Públicos. Agentes Públicos. Classificação. Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes públicos. Regime dos servidores públicos e titulares de cargos públicos na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Paraná. Cargo, emprego e função pública. Provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. Provimento. Nomeação. Concurso Público. Posse e exercício. Estabilidade. Transferência. Readaptação. Reversão. Reintegração. Recondução. Disponibilidade. Aproveitamento. Vacância. Remoção. Redistribuição. Substituição. Direitos e vantagens dos servidores

públicos. Deveres e responsabilidades dos servidores públicos. Do regime disciplinar. O funcionário Público Civil. Da Seguridade social do servidor: aposentadoria e pensões; aposentadoria de magistrado, membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas; aposentadoria voluntária, aposentadoria compulsória. Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos. Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional) e alterações. Estatuto dos Servidores do Estado do Paraná. Regime jurídico dos agentes públicos.

PONTO Nº 2

Improbidade administrativa: Lei Federal nº 8.429/1992. Agentes do polo ativo e passivo. Atos de improbidade. Da ação de improbidade administrativa. Das penas. Enriquecimento ilícito. Prejuízo ao erário. Princípios. Penas. Procedimento e prescrição. Regime jurídico dos atos de improbidade administrativa. Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000. Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011. Lei Anticorrupção - Lei Federal nº 12.846/2013. Controles da Administração Pública: Controle administrativo; Controle legislativo ou político; Controle judicial. Discricionariedade administrativa e controle judicial. Controle interno e controle externo. Controle pelo Tribunal de Contas. Domínio público. Controle sistemático das delegações de serviços públicos. Domínio Público. Bens públicos. Regime jurídico. Classificação, Administração e Utilização. Alienação. Tratamento do tema no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Licitação: Princípios, Obrigatoriedade, Dispensa e Exigibilidade, Procedimentos e Modalidades. Pregão presencial e eletrônico. Fases da licitação. Habilitação. Julgamento. Homologação e adjudicação. Recursos administrativos. Crimes. Licitação e mandado de segurança. Regime Diferenciado de Contratações Públicas. Registro de preços. Regime jurídico de licitações. Contrato administrativo. Espécies. Conceito. Características. Prerrogativas da Administração. Formalização. Execução e inexecução. A cláusula rebus sic stantibus. A Teoria da Imprevisão. As cláusulas de reajuste de preços. Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou inexistentes. Rescisão e anulação. Regime jurídico dos contratos administrativos. Convênios e Consórcios. Concessões e Permissões de serviços públicos. Forma e condições da outorga do serviço em concessão. O Prazo nas concessões e sua prorrogação. Poderes do Concedente. Os Direitos do concessionário. Regime tarifário e sua revisão. Os Direitos dos usuários. Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos. A reversão dos Bens. Serviços públicos. Responsabilidades civis do concessionário e do Poder concedente. Permissão. Parcerias Público-Privadas. Parcerias com o terceiro setor. Convênios e outras espécies de ajustes colaborativos. Organizações sociais. OSCIPs. Organizações da Sociedade Civil.

PONTO Nº 3

Infrações e Sanções Administrativas. Conceito. Sujeito infrator. Excludentes da Infração. Princípios. Dever de sancionar. Processo administrativo. Regime jurídico. Conceito. Processo ou procedimento administrativo. Princípios do processo administrativo. Instauração do processo administrativo e fases do processo. A sindicância. Os sujeitos da relação processual administrativa. Direitos e deveres das partes. Competência. Instrução do processo administrativo. Decisão do Processo Administrativo: estrutura, tipologia. Recurso Administrativo e seus efeitos. Coisa julgada administrativa. Da revisão administrativa. Da prescrição e da decadência. Poderes Administrativos. Poder de polícia: conceito. Intervenção do Estado na propriedade. Função social da propriedade. Desapropriação. Conceito. Requisitos. Bens suscetíveis de desapropriação: Competências relacionadas à desapropriação. Espécies de desapropriação Indenização e consectários legais. Caducidade da desapropriação. Imissão na posse do imóvel desapropriado. Direito de extensão. Desapropriação indireta. Retrocessão. Controle da desapropriação. Servidão administrativa. Tombamento. Requisição. Ocupação provisória. Limitação administrativa. Direito de construir e seu exercício. Loteamento e zoneamento. Responsabilidade civil do Estado: evolução das teorias. Reparação do dano. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Caracterização. Causas de exclusão e mitigação. Prescrição e decadência. Responsabilidades dos contratados e delegatários de serviços públicos. Procedimento administrativo e judicial. Direito de regresso. Organização administrativa: noções gerais. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Autarquias. Autarquias comuns e especiais. Agências reguladoras e agências executivas. Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Consórcios Públicos. Tutela dos entes da Administração Indireta. Entidades de colaboração e seu regime jurídico. Jurisprudência e súmulas de direito administrativo do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Súmulas Vinculantes. Temas decididos em regime de repercussão geral ou de recursos repetitivos.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

PONTO Nº 1

Seguridade Social na Constituição de 1988. Regime geral da previdência social. Emenda Constitucional nº 103/2019. Fontes do Direito da Seguridade Social. Constituição. Leis. Atos do Poder Executivo. Normas coletivas e regulamentos. Princípios da Seguridade Social - gerais e específicos.

PONTO Nº 2

Regime Previdenciário do Estado do Paraná. Emendas à Constituição do Paraná nº 45/2019 e 48/2020. Lei Complementar Estadual nº 233/2021. Acórdão TCE PR nº 848/2022. Regime Geral de Previdência Social. Lei nº 8.212/1991. Lei nº 8.213/91. Conceito de segurado e dependentes. Conceito de acidente do trabalho e equiparados. O acidente do trabalho no meio rural. Benefícios acidentários. Auxílio doença acidentário. Auxílio acidente. Aposentadoria por invalidez decorrente de acidente do trabalho. Demais benefícios do RGPS - Plano de Custeio do RGPS.

PONTO Nº 3

Competência federal delegada e benefícios previdenciários comuns (Lei nº 13.876/2019). Previdência privada. Regimes próprios da previdência social. Regime de Previdência Complementar (Lei Complementar nº 108/2001 e Lei Complementar nº 109/2001). Planos de Benefícios de Entidades Abertas e Fechadas.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

PONTO Nº 1

Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia). Gestão. Gestão de pessoas. Relações sociais e relações jurídicas. Controle social e o Direito. Transformações sociais e Direito. Direito, Comunicação Social e opinião pública. Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios. Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia. Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual. Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas.

PONTO Nº 2

Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções. Direitos e deveres funcionais da magistratura. Código de Ética da Magistratura Nacional. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados. Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão. Integridade pessoal e profissional do juiz. Dignidade, honra e decoro. Diligência e dedicação. Conhecimento e Capacitação. Cortesia e Prudência do Juiz. Ilícitos éticos. Sanções. Lugar da ética na função judicial e na vida particular do juiz. O papel da cordialidade na prestação jurisdicional.

PONTO Nº 3

O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito. O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral. A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável. Direito objetivo e direito subjetivo. Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante. Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho. O conceito de Política. Política e Direito. Ideologias. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU). Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Gênero e Patriarcado. Gênero e Raça. Discriminação e Desigualdades de Gênero – questões centrais. Protocolo de Julgamento com perspectiva de gênero.

PONTO Nº 4

Direito objetivo e direito subjetivo. Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante. Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho. O conceito de Política. Política e Direito. Ideologias. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU). Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Gênero e Patriarcado. Gênero e Raça. Discriminação e Desigualdades de Gênero – questões centrais. Protocolo de Julgamento com perspectiva de gênero. 4ª Revolução industrial.

Transformação Digital no Poder Judiciário. Tecnologia no contexto jurídico. Automação do processo. Inteligência Artificial e Direito. Audiências virtuais. Cortes remotas. Ciência de dados e Jurimetria. Resoluções do CNJ sobre inovações tecnológicas no Judiciário. Persecução Penal e novas tecnologias. Crimes virtuais e cibersegurança. Deepweb e Darkweb. Provas digitais. Criptomoedas e Lavagem de dinheiro. Noções gerais de contratos Inteligentes, Blockchain e Algoritmos. LGPD e proteção de dados pessoais. Função judicial e pragmatismo. Antifundacionalismo. Contextualismo. Consequencialismo. Racionalismo e Empirismo. Dialética. Utilitarismo. Análise econômica do direito. Conceitos fundamentais. Racionalidade econômica. Eficiência processual. Métodos adequados de resolução de conflitos e acesso à Justiça. Demandas frívolas e de valor esperado negativo. Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica. Coisa Julgada. Economia comportamental. Heurística e vieses cognitivos. A percepção de Justiça. Processo cognitivo de tomada de decisão. Governança corporativa e Compliance no Brasil. Mecanismos de Combate às organizações criminosas e Lavagem de Dinheiro. Whistleblower. Conceitos Fundamentais do Direito da Antidiscriminação. Modalidades de Discriminação. Legislação antidiscriminação nacional e internacional. Conceitos Fundamentais do Racismo, Sexismo, Intolerância Religiosa, LGBTQIA+fobia. Ações Afirmativas. Direitos dos Povos indígenas e das comunidades tradicionais.

DIREITOS HUMANOS

PONTO Nº 1

Teoria Geral dos Direitos Humanos. Sistema global de proteção dos direitos humanos. Sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos. Controle de convencionalidade.

PONTO Nº 2

A relação entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito brasileiro. Os direitos humanos na Constituição Federal de 1988. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de direitos humanos.

6.2. Todas as disposições dos Códigos poderão ser objeto de questionamentos, ainda que não constem explicitamente nesta relação, inclusive eventuais modificações legislativas, desde que integrem e tenham correlação com o ponto sorteado.

6.3. A nota da prova oral corresponderá à média aritmética simples das notas atribuídas pelos examinadores em cada uma das disciplinas e será considerado aprovado o candidato ou candidata que, na forma do item 15.9, do Edital nº 001/2023, obtiver nota igual ou superior a 6,00 (seis) pontos.

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Curitiba/PR, 26 de agosto de 2024.

Desembargadora ÂNGELA KHURY

Presidente da Comissão de Concurso para Provimento de Cargos de Juiz Substituto



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA KHURY, Desembargadora**, em 26/08/2024, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **10879157** e o código CRC **DE1CAE61**.